

tarmos preparados para contestarmos o protecionismo disfarçado de exigências técnicas.”

Reforma agrária

“Precisamos virar a página da reforma agrária. A violência e a ameaça de desapropriação geram intranquilidade e afastam investimentos. Com produção insignificante, os assentados ficam eternamente dependentes do assistencialismo do Estado, pois não recebem os títulos de propriedade e, por isso, não conquistam a emancipação. Aqui, registro que assentamento não é agricultura familiar.”

Meio Ambiente

“O Código Florestal, datado de 1965 e remendado ao longo de mais de 40 anos, não contempla as mudanças ocorridas na produção rural. Precisa ser alterado para efetivamente cumprir seu papel de conservação, sem barrar a produção e desenvolvimento.

A Floresta Amazônica deve ser conservada. Mas, é preciso respeitar as pessoas que lá vivem e a legislação tem que permitir a ocupação racional e o desenvolvimento sustentável da região. A desorganização fundiária é o gatilho do desmatamento. Por isso, regularizar a posse das terras é fundamental.”

Futuro

“Para que a expectativa de celeiro do mundo se concretize, o Brasil precisa investir muito em pesquisa, com a biotecnologia e a nanotecnologia aplicadas à produção rural. O futuro será de quem investir em qualidade, inovação, segurança de produtos e processos, entre outros atributos.

A exigência de critérios socioambientais tornou-se diferencial competitivo. Consolidar um agronegócio sustentável é o caminho para o desenvolvimento e a preservação da natureza. O Brasil provou ao mundo que pode caminhar na rota do desenvolvimento socioeconômico por meio da agricultura.” ■

Opinião

COP-15: oportunidades



João Sampaio*

O BRASIL não tem motivos para temer os debates da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que acontecerá em dezembro, na Dinamarca. Temos oportunidades para superação das ameaças climáticas e convertê-las em desenvolvimento socioeconômico. Para a agricultura, o potencial é imenso se criarmos um ambiente favorável, com marcos regulatórios. É preciso derrubar os mitos sobre o agronegócio brasileiro reproduzidos, erroneamente, na imprensa mundial e entre os governantes e formadores de opinião dos países desenvolvidos. Para tanto, vamos deixar claro o nosso compromisso.

Primeiro, o agricultor é o maior interessado na proteção ao meio ambiente e na recuperação de áreas degradadas. Não somos os maiores responsáveis pela poluição de rios ou derrubadas de florestas. Com tantas leis e interferências no processo produtivo, o agricultor não sabe o que seguir. A indefinição prejudica aqueles que querem trabalhar dentro da legalidade.

Segundo, as metas de redução de emissão de gases e respeito às legislações ambientais devem ser colocadas à mesa. No estado de São Paulo, por uma lei inédita em todo o País, foi criada a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), com meta de redução de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base o ano

de 2005. Além da redução, serão realizadas ações para aumentar a parcela de fontes renováveis de energia, prevenir e adaptar alterações produzidas pelos impactos das mudanças climáticas e preservar e ampliar os nossos estoques de carbono. Com isto, o estado participa da COP-15, com posições mais fortes e definidas.

O Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – Fecop, que apóia projetos relacionados ao controle da poluição e preservação do meio ambiente em São Paulo, financiará ações e planos específicos de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. O estado deve publicar um inventário das emissões de gases de efeito estufa em dezembro de 2010, que norteará as metas.

Na área agrícola, medidas já tinham sido tomadas anteriormente. Em 2007, foi criado o Protocolo Agroambiental, que limita a queima da palha da cana na colheita para 2014 em áreas mecanizáveis e 2017 para áreas não mecanizáveis. Em 2008, foi lançado o zoneamento agroambiental, com a criação de restrições à expansão da cana e instalação de novas usinas.

Terceiro, as oportunidades. O Brasil reúne condições para aumento o uso de fontes de energias limpas (biocombustíveis, energia eólica, biomassa e solar). Hoje, 28% de toda a matriz energética nacional vêm de fonte renovável, com potencial para duplicarmos, preservando florestas e outras áreas verdes. Também a recuperação de pastagens, aumento de produtividade, utilização de sistemas de plantio direto e cultivo de florestas plantadas são medidas já adotadas pelo produtor. A mensuração desta contribuição será possível com a definição de regras para a emissão dos créditos de carbono.

Outro ponto forte nas discussões da COP-15 é o pagamento por serviços ambientais. O Brasil não pode correr o risco de ser cobrado pela proteção das suas florestas sem nenhum tipo de suporte financeiro. A preservação só acontecerá se acompanhada de sustentabilidade econômica. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)